# Uma iniciativa de mídia-educação na Alesc. Curso: “E eu com a mídia?”

## A media-education initiative at Alesc. Course: “What about me and media?”

Laura Josani Andrade Correa[1]
Jussie Sedrez Chaves[2]

**Resumo:** O artigo relata a formação “E eu com a mídia?”, uma iniciativa de mídia-educação promovida pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Alesc, por intermédio da Escola do Legislativo Deputado Lício da Silveira em conjunto com o Programa Antonieta de Barros, PAB.

**Palavras-chave**: mídia-educação. Alesc. escola do legislativo.

**Abstract:** The paper relates the training "What about me and media?", a media-education initiative promoted by the Legislative Assembly of the State of Santa Catarina, Alesc, through the School of the Legislative Deputy Lício Mauro da Silveira in conjunction with the Program Antonieta de Barros, PAB.

**Keywords**: media-education. Alesc. legislative school.

## Introdução

O presente trabalho apresenta uma iniciativa de mídia-educação, a formação “E eu com a mídia?”, promovida pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Alesc, por intermédio da Escola do Legislativo Deputado Lício da Silveira[3] em conjunto com o Programa Antonieta de Barros, PAB. Trata-se de uma ação

[1] Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Escola do Legislativo, Florianópolis, lauracorrea@alesc.sc.gov.br.

[2] Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC; Especialista em Gestão de Pessoas, Assembleia Legislativa do Estado Santa Catarina/ALESC, Escola do Legislativo, Florianópolis, jussie@alesc.sc.gov.br.

[3] Concorreu em cinco eleições ao cargo de Deputado Estadual em Santa Catarina, foi eleito por quatro vezes e suplente em uma. No último pleito, não tomou posse devido ao falecimento, em 15 de outubro de 2010, adaptado. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br

afirmativa pioneira no Poder Legislativo que viabiliza a entrada de estagiários em situação de vulnerabilidade. A Escola do Legislativo é o suporte pedagógico para os participantes do estágio.

O objeto de pesquisa desse artigo é o curso “E eu com a mídia?” que tem como motivação o aumento do acesso à internet que impulsiona o processo de criação de conteúdo e, consequentemente, de aquisição de conhecimento por meio da conexão mundial de computadores, a sociedade em rede (CASTELLS, 2008). O autor aponta que os pilares fundamentais dessa nova configuração social estão calcados na informação e no conhecimento, valores tornados tangíveis com o advento da internet e a interconexão proporcionada por ela. Castells (2008) afirma que a *web* é um instrumento de liberdade e de autonomia, sendo o meio pelo qual a sociedade pode romper a bolha de controle ao acesso à informação e à comunicação em que é mantida, haja vista que a rede não pode ser controlada, somente vigiada e atualmente está amplamente disponível. O sociólogo reitera que a tecnologia só tem utilidade se ligada á educação, sendo que o fator de exclusão atualmente não está na falta e acesso á internet, e sim na falta de acesso à educação. Então, como alcançar a autonomia e a liberdade proposta pelo sociólogo sem passar por um processo de inclusão por meio da educação para as mídias?

A juventude tem sido reconhecida por sua intensa relação com os conteúdos digitais, desse modo precisam aperfeiçoar suas habilidades de leitura e escrita no contexto tecnológico, ou seja, serem midiaticamente alfabetizados. Os pabianos precisam de capacitação tanto para a recepção, triagem e compreensão das informações, quanto para qualificar o conteúdo que produzem e disponibilizam na web.

Desse modo, o curso está ancorado na mídia-educação (FANTIN, 2006) que busca fomentar o pensamento crítico sobre a recepção e elaboração de produtos midiáticos, demonstrando a necessidade da interpretação das notícias. Além de apresentar formas de checagem do conteúdo disponível on-line, incentiva o

educando a aprimorar seu entendimento sobre o papel da mídia na sociedade e dos conteúdos nela compartilhados. Nessa proposta, o professor é um mediador cultural (MARTIN-BARBERO, 2002) atuando no contexto teórico da cibercultura (LEVY, 1999) e da cultura da convergência (JENKINS, 2008). A iniciativa do curso de educação para mídias é amparada e apoiada pelo Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento da Escola que promove o incentivo às práticas educativas e a investigação científica na Alesc.

## 1. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Alesc

A história do Legislativo Catarinense começa no dia 12 de agosto de 1834, com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, substituindo os Conselhos Gerais. O número de deputados era fixado de acordo com a densidade populacional. Como Santa Catarina estava entre as províncias de pequeno porte, a representação contou com vinte legisladores. Esse número prevaleceu até 1881, quando a Lei nº 3.039 aumentou a representação para vinte e dois deputados, chegando a quarenta deputados em meados dos anos 1950[4]. Representação que permanece até a atualidade.

Após esse registro histórico, evidencia-se o protagonismo da Alesc em relação às ações inovadoras como a criação da Gerência de Mídias Sociais, em 2010, setor da Diretoria de Comunicação que tem como objetivo acompanhar a evolução tecnológica e conquistar o público jovem. Recentemente, a comunicação da Casa aderiu a utilização do *WhatsApp* para aproximar os cidadãos do debate

[4] Adaptado. *Site* Memória Política de Santa Catarina: Repositório de material didático para professores e estudantes. *Site* Memória Política de Santa Catarina. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/assembleia-legislativa-sc

político[5]. Além de apresentar inovações em comunicação, o parlamento catarinense também atua na educação com a Escola do Legislativo.

### 1.1 Escola do Legislativo, ELSC

A Escola do Legislativo foi nomeada Deputado Lício Mauro da Silveira em homenagem a extensa trajetória do parlamentar. Na estrutura organizacional, ela ocupa a designação de coordenadoria responsável pelas ações pedagógicas da Assembleia catarinense. A ELSC foi criada pela Resolução Nº 72/2000, de 19 de dezembro de 2000. A fundação da escola foi motivada pela necessidade de capacitar os servidores legislativos. Assim, a ELSC consolidou-se a partir da qualificação profissional, da reflexão democrática e da formação para cidadania. Desde então, durante quase vinte anos, a Escola oferece suporte pedagógico ao estado catarinense com eventos presenciais para jovens e adultos.

A Escola da Alesc trabalha continuamente para que suas práticas pedagógicas estejam em conexão com as mudanças da sociedade. A partir desse movimento de revisão e conexão foi criado o Núcleo de Pesquisa e Produção de Conhecimento na estrutura da Escola, em 2012. O referido núcleo promove a produção de pesquisas que auxiliam nas tomadas de decisão da coordenação e dos demais núcleos pedagógicos, orientando a atuação da ELSC com os subsídios levantados a partir das pesquisas aplicadas por evento realizado. Dentre as iniciativas do núcleo estão: a avaliação da participação dos catarinenses, jovens e adultos, nos programas da Escola; o 1º Censo do Legislativo Municipal, o *site* de material didático Memória Política e a orientação aos servidores para participação em processos seletivos em programas de pós-graduação na modalidade *stricto sensu.*

[5] Disponível em: http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/03/alesc-usa-redes-sociais-para-aproximar-publico-do-debate-politico.html

A partir do desenvolvimento da etapa piloto do programa de orientação para pós-graduação observa-se o interesse crescente de servidores em buscar formação para atuar no desenvolvimento educacional da própria equipe de servidores e dos estagiários da Casa. Como será apresentada, a seguir, a atuação nos cursos do PAB como palestrantes e oficineiros, mais especificamente, o curso “E eu com a mídia?”.

### 1.2 Programa Antonieta de Barros, PAB

O Programa, instituído pela Lei nº 13.075, de 29 de junho de 2004, promove aos jovens o acesso ao estágio remunerado no parlamento catarinense. Para tanto é necessário cumprir os seguintes critérios, estabelecidos na lei: situação de vulnerabilidade social, relação étnico-racial, deficiência física e gênero, em especial, meninas jovens, com faixa etária entre 16 e 24 anos, principalmente, estarem matriculados nos ensinos médio ou superior. O PAB é uma política de ação afirmativa exercida no estado de Santa Catarina, promovido pela Coordenadoria de Estágios Especiais da Alesc. Cabe destacar os objetivos do Programa:

> A Lei nº 13.075, de 29 de julho de 2004 estabelece as diretrizes do PAB:
>
> I – inserir jovens no mercado de trabalho como estratégia de inclusão social;
>
> II – estimular a inclusão e a identidade social, mediante acesso a bens culturais que valorizem a diversidade e a história da humanidade;
>
> III – inserir e apoiar a permanência dos jovens no sistema formal de ensino como estratégia de inclusão social e de promoção da igualdade pela ampliação de oportunidades, dentro da premissa da educação para a cidadania;
>
> IV – promover a qualificação profissional mediante ações planejadas;
>
> V – capacitar os estagiários a atuarem em suas comunidades, com o intuito de ampliar a participação da coletividade no processo de elaboração legislativa (SANTA CATARINA, 2004).

Os princípios base para elaboração da lei de criação do PAB estão nas conferências internacionais que debatem o combate ao racismo:

> "(...) a educação, o desenvolvimento e a implementação fiel das nossas normas e obrigações dos direitos humanos internacionais, inclusive a promulgação de leis e estratégias políticas econômicas e sociais, são cruciais no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata" (ONU, 2001, p. 17).

Durante os dois anos de estágio no parlamento catarinense, os jovens têm acesso a cursos, palestras todas as sextas-feiras, um diferencial do programa. Pensando na formação educacional desses jovens a escola promove o curso "E eu com a mídia?" com noções de mídia-educação para os pabianos. Os momentos de formação proporcionam a construção de um saber amplo, ancorado em uma educação que evidencia a preparação do estudante como um ser autônomo (FREIRE, 2018) que resulta no desenvolvimento da consciência política e participação cidadã, a missão da Escola da Alesc.

Durante os 15 anos de existência do Programa mais de 400 jovens já trabalharam na Assembleia Legislativa em estágios promovidos pelo PAB. Todos em situação de vulnerabilidade social, seja por questão de moradia, gênero, raça ou por serem portadores de necessidades especiais. Como resultado prático desse processo de inclusão observa-se a desconstrução de estereótipos em ambos os casos, tanto por parte dos servidores quanto dos estagiários. Um dos saldos positivos da atuação do PAB é, além da quebra desses paradigmas, a criação de novas referências para os jovens participantes do Programa. Espera-se ainda que esse movimento iniciado pelo PAB faça dos jovens multiplicadores das aprendizagens proporcionadas ao longo dos dois anos de estágio, reverberando em

suas comunidades e estendendo a ação do Programa aos demais cidadãos catarinenses.

O PAB, como programa de ação afirmativa, sustenta-se em um tripé formado por oportunidade de trabalho, inclusão e educação. É nesse viés educacional e inclusivo que o curso "E eu com a mídia" se apoia enquanto iniciativa de educomunicação do poder legislativo catarinense. Ressaltando a matiz da educação que se situa na interseção que existe entre educação e comunicação, auxiliando os jovens a transitar nesse ciberespaço.

## 2. Iniciativa de mídia-educação no parlamento catarinense

> (...) mediações culturais situa-se no campo da mídia-educação, aqui entendida como possibilidade de educar para/sobre as mídias, com as mídias e através das mídias, a partir de uma abordagem crítica, instrumental e expressivo-produtiva. Esta perspectiva de mídia-educação implica uma postura "crítica e criadora" de capacidades comunicativas, expressivas e relacionais para avaliar ética e esteticamente o que está sendo oferecido pelas mídias, para interagir significativamente com suas produções culturais, para produzir mídias e também para educar para a cidadania (FANTIN, 2010, p.16).

O curso "E eu com a mídia?" atende a demanda pelos estudos de comunicação no âmbito da educação. Essa capacitação foi desenvolvida pedagogicamente na perspectiva da mediação de Jesús Martín-Barbero que indica a investigação dos polos da comunicação: emissor, receptor, canal e mensagem, todos envolvidos no contexto cultural. Eles são parte de um processo contínuo de intercâmbio entre produção e recepção. Portanto, o conceito de mediações abarca as relações entre cultura, política e comunicação que se dão no cotidiano de cada cidadão e da sociedade. Mas ainda é a produção de sentido que relaciona sujeito, significações e mensagens (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 294).

Dessa maneira, o debate sobre a mídia em sala de aula deve estar aliado à crítica para pensar apropriações e ressignificações realizadas no contexto cultural atual desses jovens em vulnerabilidade. A função da instituição de ensino com a mediação: a escola deve assumir a técnica midiática como uma dimensão estratégica da cultura, uma vez que ela estará inserida nas transformações que atravessam nossa sociedade.

Segundo Roger Silverstone a mídia é fundamental no cotidiano e por isso existe a necessidade de estudá-la. A mídia deve ser entendida como intervenção técnica e política no processo de compreensão da comunicação. Para o autor, as tecnologias são nossa interface com o mundo (SILVERSTONE, 2002, p.45). Dessa maneira, para estudar a mídia, para compreender as questões envoltas na mediação, torna-se necessária uma abordagem sobre as tecnologias. Na medida em que as transformações sociotécnicas são carregadas de simbólico e são suscetíveis aos desencontros do social em sua criação e uso. Para o estudioso a educação tem como umas das funções a iniciação a mídia com a responsabilidade de tornar o mundo compreensível. A partir dessa iniciação será possível compreender como a mídia contribui para exercícios do poder na sociedade contemporânea (SILVERSTONE, 2002, p.45).

Nesse momento de reflexão, os pabianos puderam pensar a relação com a mídia de acordo com o que traz Canclini: a educação e a formação dos leitores e espectadores críticos encontram-se frustradas pela desigualdade socioeconômica e pela política cultural que ocorrem em cenário pré-digital (CANCLINI, 2008: p. 18). Ele acrescenta:

> Mesmo a educação formal mais aberta à incorporação de meios audiovisuais e informáticos oferece só uma parte dos conhecimentos e ocupa parcialmente as horas de aprendizado. Os jovens adquirem nas telas extracurriculares uma formação mais ampla em que conhecimento e entretenimento se combinam. Também se aprende a ler e a ser espectador sendo telespectador e internauta (CANCLINI, 2008, p.24).

Outro aspecto é convergência que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) trazem para o cotidiano dos jovens que precisam de formação para interação nas mais diversas redes de comunicação no ambiente profissional. Sobre essa relação entre a comunicação e a conectividade, Henry Jenkins pesquisa a cultura convergente que ele define como um processo no qual os meios de comunicação têm suas funções e status transformados pela introdução de novas tecnologias (JENKINS, 2008, p.40). A convergência representa uma mudança cultural na qual os consumidores são encorajados a renegociar sua relação com a mídia, proporcionando novas formas de participação, evidenciando o potencial democrático de algumas tendências contemporâneas (JENKINS, 2008, p.314).

De acordo com Castells (2008), a internet não favorece o isolamento, apenas mostra um comportamento semelhante ao convívio cotidiano das pessoas. Uma vez que as pessoas mais sociáveis são as que mais utilizam as salas de bate-papo. Esse comportamento reflete o medo que a sociedade tem do novo e a tecnologia carrega consigo a novidade. Para ele, como apontado anteriormente, a internet é um instrumento que favorece a autonomia. O poder está sempre calcado nos mecanismos de controle das pessoas através da limitação do acesso à informação e à comunicação. Mas com o advento da internet isso tem fim, porque ela não pode ser controlada. Torna-se evidente o temor que os poderes têm da internet. A única saída é vigiar, já que o comando não é possível.

O estudioso afirma que a falta de acesso à internet não é fator de exclusão, o que exclui é a falta de acesso a educação. Assim, sem a educação, a tecnologia não tem utilidade. De acordo com as pesquisas sobre internet, realizadas na Espanha, a exclusão digital é questão de idade. Portanto, o acesso integral é questão de tempo. Segundo Castells, há uma nova sociedade na qual tudo está articulado de forma transversal com menos controle das instituições tradicionais. Essa situação demonstra a dificuldade em aglutinar pessoas em torno de uma cultura ou de fronteiras nacionais. Em meio a esse processo, a internet aumenta incertezas, mas é

também um instrumento para a autonomia. Assim, quanto mais autônoma é a pessoa, mais ela vai utilizar a internet e menos ela vai depender das instituições. O sociólogo ressalta o descompasso entre a capacidade tecnológica e a cultura política. Ele afirma que o sistema político não está acompanhando a cultura da autonomia que dá o direito a participação. Por esse viés, as tecnologias contribuem com o distanciamento entre política e cidadania.

Cada vez mais, percebe-se a necessidade de constante atualização para aperfeiçoar a utilização das redes sociais no cotidiano, tanto no ambiente profissional como pessoal. As redes podem ser facilitadoras para a procura de trabalho, de oportunidades de estudos como também podem deixar um registro negativo pelo mau uso. O curso “E eu com a mídia?” evidencia mais uma ação da Alesc em busca da inovação e da proximidade do parlamento catarinense com os jovens.

## 3. A elaboração do curso “E eu com a mídia?”

A pesquisa em mídia educação está empenhada em possibilitar uma ação política e educativa eficaz em relação às mídias (RIVOLTELLA, 2009). A principal diferença entre a pesquisa em mídia educação e a pesquisa educativa sobre as mídias é o ponto de vista interno. O pesquisador é quase sempre um educador que utiliza a pesquisa para melhorar sua prática em sala de aula. Portanto, o mídia educador é um interventor na relação mídias e sujeito. A transversalidade disciplinar torna-se necessária para pensar a mídia educação. Trata-se do domínio convergente dos saberes da educação e da comunicação em suas teorias e práticas. A mídia educação é parte da pesquisa educativa sobre mídias, mas é específica em sua abordagem. A pesquisa em mídia educação foi desenvolvida como movimento e sensibilidade para reorganizar as práticas metodológicas com o advento das novas tecnologias. As pesquisas são apresentadas nas seguintes formas: pesquisa-ação, desenvolvimento de conceitos e análises comparadas de

grupos. Para Rivoltella (2009) o método ainda não está colocado de maneira satisfatória, somente com o desenvolvimento da pesquisa que ele poderá ser revelado.

Levando em consideração essa fusão simultânea entre mídia e educação, teoria e prática, o curso foi idealizado também a partir da percepção empírica de que as comunidades socialmente vulneráveis, das quais os jovens participantes do PAB são oriundos, não são fragilizadas somente por questões econômicas relacionadas à renda, mas também no que se refere ao acesso à informação. Sendo essas comunidades historicamente alijadas dos debates políticos e dos meios de informação, especialmente dos dispositivos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Neste caso, por uma questão estritamente relacionada à capacidade de aquisição de recursos tecnológicos. Portando, devido a dificuldade apontada seria possível inferir que não há o domínio dos equipamentos digitais em que transitam as informações, nem tão pouco do discurso presente nessas mídias.

Embora na última década dados da PNAD/IBGE[6] apontem o crescente acesso dos brasileiros á internet, e o incremento no consumo de dispositivos móveis que proporcionem tal acesso, essa relação entre TICs e população de comunidades vulneráveis ainda é frágil, justamente por ser recente. Soma-se a essa migração também o aumento exponencial do volume de informação que circula nas mídias digitais, conforme informações do *site* da Revista Exame:

> A IDC afirma que o universo digital está dobrando a cada dois anos. Em 2013, eram 4,4 trilhões de gigabytes no planeta. Esse número deve crescer para 44 trilhões de gigabytes até 2020; ou seja, vai se multiplicar por dez. No Brasil, o volume de dados deve ir de 212 bilhões de gigabytes em 2013 para 1.600 bilhões de gigabytes em 2020. Isso representa crescimento de 7,5 vezes. Esses números passam a impressão de que o crescimento do universo digital é mais lento no Brasil que no resto do mundo (EXAME, 2014).

[6] Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf

Assim, tem-se um cenário no qual a desinformação circula com facilidade, respaldada em parte pela falta de destreza da população em lidar com os meios digitais. Cabe ressaltar que o referido contexto não conta com a participação exclusiva das populações mais empobrecidas e vulneráveis, atinge a população como um todo, com maior ou menor intensidade de acordo com diversos fatores. O relacionamento precário com as TICs e com a informação que por elas circulam são percebidos empiricamente na vivência cotidiana com os jovens participantes do Programa. Desse modo, o curso propõe ampliar o domínio dos dispositivos tecnológicos e o entendimento do discurso que tem como suporte essas mídias. Conforme aponta Charaudeau (2006 p,40):

> (...) o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido.

Dessa forma, o objetivo geral do curso foi capacitar os alunos com noções de análise de discurso para estarem atentos a complexidade da formação do sentido dos discursos presentes nas mídias online, estimulando-os para questionar o contexto (ideológico, histórico, socioeconômico, etc) em que são veiculadas as informações orientando-os para a recepção e elaboração de conteúdos digitais. Para tanto, buscou-se estimular o pensamento crítico sobre a mídia, demonstrou-se a importância da interpretação das informações e foram apresentadas diversas formas de checagem de notícias, visando especificamente a problemática da circulação de *Fake News*.

Os encontros foram divididos em momentos de explanação, discussão e prática. Durante o período de explanação foram apresentados diversos exemplos de conteúdos que circulam nas mídias sociais, contextualizou-se o ambiente digital ressaltando as diferenças entre os meios e tipos de informação (notícias, opiniões,

colunas, fotos, vídeos, etc). Na fase aberta pra debate a intenção foi ouvir os participantes compartilhando suas experiências pessoais de interação com o uso das redes. Por fim, foi proposto um jogo que contou com a participação de todos. A turma foi dividida em duas equipes que selecionaram notícias verdadeiras e falsas com o intuito de testar os conhecimentos do grupo adversário.

## Considerações

A formação “E eu com a mídia?” seguiu os moldes de uma oficina, em que os alunos puderam debater as ideias propostas para o grupo e participaram de uma competição sobre notícias falsas. O curso teve carga horária inicial de 4 horas/aula e, até o momento, foi ofertado para 4 turmas diferentes, totalizando o atendimento a 60 alunos. A intenção é incluir esse tema na formação regular do PAB que ocorre todas as sextas-feiras e é operacionalizada pela Escola do Legislativo.

A Escola do Legislativo atenta à sua missão de formação política e cidadã pensou o curso considerando os detalhes inerentes ao público discente que atenderia. A linguagem utilizada foi adequada aos jovens, os exemplos trazidos eram do cotidiano deles, além da relação identitária estabelecida entre participantes e professor. Como resultado desse cenário, obteve-se um alto engajamento da turma que participou de todos os momentos.

Os relatos posteriores ao curso foram positivos, especialmente na forma como os participantes passaram a interagir em suas mídias sociais e na interpretação das informações consumidas digitalmente. Além disso, as avaliações sobre a formação evidenciaram a carência sobre o tema e a relevância de discuti-lo com a juventude. Sobretudo, ratificam a postura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em promover a participação política e cidadã por meio do acesso à informação, especialmente nos meios digitais em que conta com um aporte significativo de recursos, contando com iniciativas como o uso pioneiro do Whatsapp, criação da Gerência de Mídias Sociais, canal no YouTube, radio online, etc.

## Referências

CANCLINI, Néstor Garcia. Leitores, espectadores e internautas. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Entrevista de Manuel Castells concedida a Milagros Pérez Oliva. **Internet: liberdade e autonomia** para o Jornal El País, Tradução: Marcus Tavares, 06/01/2008.

EXAME, Revista. Conteúdo digital dobra a cada dois anos no mundo. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/conteudo-digital-dobra-a-cada-dois-anos-no-mundo/> Acesso em: 27 de março de 2019.

FANTIN, Monica. Dos consumos culturais aos usos das mídias e tecnologias na prática docente. Motrivivência XXII, nº34, p.12-24, 2010.

_____. Mídia-Educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 57ª Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2008.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTÍN-BARBERO, Jésus. Dos meios às mediações. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. Ofício de cartógrafo. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2002.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Lício Mauro da Silveira. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/611Licio_Mauro_da_Silveira> Acesso em: 27 de março de 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, Durban – África do Sul. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: 27 de março de 2019.

PAB. Programa Antonieta de Barros. Apresentação. 2019. Disponível em: <http://pab.alesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Cartilha-PAB.pdf >. Acesso em: 27 de março de 2019.

RIVOLTELLA, P. C. Midia-educação e pesquisa educativa. Perspectiva, Florianópolis, v.27,n.1,119-140,jan./jun.2009.

SANTA CATARINA, Assembleia Legislativa do Estado de /ALESC. Resolução Nº 72/2000. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br//legislacao-estadual> Acesso em: 27 de março de 2019.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de /ALESC. Lei Estadual nº 3.039. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br//legislacao-estadual> Acesso em: 27 de março de 2019.

_____. Lei nº 13.075, de 29 de julho de 2004. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2004/13075_2004_lei.html>. Acesso em: 27 de março de 2019.